



III SEMINÁRIO DO NECAF E I ENCONTRO DOS EGRESSOS DO GEPEC

QUANDO O BRINCAR TRANSBORDA A NORMA, O BORBOLETAR SE TRANSFORMA EM POTÊNCIA

João Vitor Costa Cordeiro¹

O brincar, ainda que frequentemente compreendido como expressão espontânea da infância, é atravessado por normas sociais que regulam corpos, comportamentos e identidades. Na escola, essas normas ganham força, produzindo distinções entre o que é considerado apropriado para meninos e meninas. Assim, o brincar torna-se campo de disputa e de regulação, mas também de resistência. A reflexão aqui apresentada parte da fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), que entende o corpo como lugar de significação do mundo, e dos estudos pós-estruturalistas de Louro (1997), Butler (2019) e Foucault (1987), que revelam como práticas aparentemente banais fabricam sujeitos e reforçam discursos hegemônicos sobre gênero. Desse modo, compreender o brincar escolar implica reconhecer que ele não está separado das relações de poder que atravessam a vida social, tornando-se expressão política-pedagógica. O objetivo deste estudo é perceber como as brincadeiras de crianças de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Manaus, revelam processos de normatização de gênero e de silenciamento de corporeidades dissidentes, identificando também momentos de ruptura e resistência no cotidiano. Ao mobilizar autores como Louro (1997), que destaca como a escola fabrica sujeitos generificados por meio de gestos e regras naturalizadas, e Butler (2019), que compreende o gênero como performance reiterada, busca-se compreender como a infância é atravessada por expectativas binárias que moldam o brincar. Dialoga-se ainda com Aguiar et al. (2023), que defendem o corpo como lugar de resistência, e com Foucault, cuja análise das instituições disciplinares ilumina como a escola produz corpos dóceis. O percurso metodológico fundamenta-se em uma inspiração fenomenológica, priorizando a escuta e a observação do corpo-brincante-infante em sua relação com o espaço escolar. A pesquisa foi realizada durante estágio supervisionado, utilizando a observação participante como coleta de dados. Os registros de campo incluíram falas, gestos e interações entre as crianças e entre estas e os adultos, considerando-se o brincar como prática que evidencia normas e rupturas no cotidiano. Os resultados revelaram que o brincar escolar é fortemente generificado. Situações como a repreensão de um menino por “borboletar” durante a queimada e ofensas entre colegas como “isso é coisa de menina” ou “bichinha” demonstram como a escola e os pares reiteram normas de gênero. No entanto, também emergiram fissuras: meninas que insistem em jogar futebol e meninos que buscam participar de brincadeiras consideradas femininas desafiam a norma e afirmam formas outras de existência. Tais momentos reforçam que o corpo é também espaço de resistência. Conclui-se que o brincar, longe de ser neutro, constitui-se como prática política que expõe como a escola produz e regula corpos por meio de normas de gênero naturalizadas. Contudo, o brincar também comporta potência criadora e subversiva, permitindo que as crianças inventem modos de existir que escapam à lógica binária. Assim, defender práticas pedagógicas que acolham a diferença e reconheçam o brincar como linguagem legítima é afirmar uma educação comprometida com a pluralidade das infâncias e com a liberdade de ser.

¹ Acadêmico do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3728328846444063> Email: Jvcc.ped22@uea.edu.br.



Programa de
Pós-graduação em
Educação . PPGED
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Palavras-chave: infâncias; gênero; brincar; performatividade; corporeidade